Revista Crítica de Ciências Sociais

113 | 2017
Número não temático

Gingras, Yves (2014), *Les dérives de l'évaluation de la recherche. Du bon usage de la bibliométrie*

Antonio Paulino de Sousa

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/rccs/6715
DOI: 10.4000/rccs.6715
ISSN: 2182-7435

Editora
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa
Data de publição: 1 setembro 2017
Paginação: 176-179
ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica
Antonio Paulino de Sousa, « Gingras, Yves (2014), *Les dérives de l'évaluation de la recherche. Du bon usage de la bibliométrie* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 113 | 2017, posto online no dia 27 julho 2017, consultado o 25 setembro 2020. URL : http://journals.openedition.org/rccs/6715 ; DOI : https://doi.org/10.4000/rccs.6715

CC BY

Recensões

Madden, David; Marcuse, Peter (2016), *In Defense of Housing. The Politics of Crisis*. London/New York: Verso, 240 pp.[*]

"Críticos, reformadores e ativistas têm evocado o termo 'crise habitacional' por mais de um século. A expressão tornou-se de novo omnipresente após o colapso financeiro global de 2008. Mas devemos ser cuidadosos na utilização do conceito de crise.

A ideia de crise implica que a habitação inadequada ou inacessível é uma condição fora do normal, um afastamento temporário de um critério que funciona bem. Mas para as classes trabalhadoras e comunidades pobres, a crise habitacional é a normalidade. A escassez de habitação tem sido a marca dos grupos dominados ao longo da história." (p. 9; tradução do autor)

A "crise habitacional" tornava-se tema de discussão em Lisboa precisamente na altura em que acabava de ler *In Defense of Housing*. A visita em dezembro de 2016 de Leilani Farha, Relatora Especial das Nações Unidas para a Habitação Adequada, desencadeou debate político e, aparentemente, ação pública, em torno de um tema que, durante muito tempo, parecia já não ser relevante. Após uma reportagem e uma entrevista a esta relatora publicadas no jornal *Público*,[1] a Assembleia da República recomendou ao governo que procedesse ao recenseamento das situações de habitação precária (Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017) e começou o processo de preparação de uma lei de bases da habitação.[2] Lisboa encontra-se no meio de uma "tempestade perfeita" no que toca à habitação.[3] Por um lado, persistem graves situações de habitação precária e de habitação social em condições extremas.[4] Por outro, muitas áreas do centro da cidade encontram-se num processo de rápida gentrificação e/ou turistificação, que resultam da enorme pressão imobiliária motivada por uma série de fatores que incidem sobre a oferta e procura de habitação: pelo lado da oferta, veja-se a liberalização do mercado de arrendamento (Novo Regime de Arrendamento Urbano aprovado nos anos da "Troika"); pelo lado da procura, vejam-se fenómenos como investimentos estrangeiros atraídos pelos Vistos Gold, a repentina ascensão de Lisboa entre várias cidades *cool* à escala global, ou a afluência de estudantes e *start-uppers*. Porém, seria errado considerar conjuntural a crise habitacional em Lisboa, uma vez que se trata da "óbvia" consequência de uma trajetória com décadas de história e várias vertentes: o incumprimento e as falhas do Programa

[*] Agradeço a Ana Catarina Ferreira pela revisão do Português.

[1] Ver www.publico.pt/2016/12/11/sociedade/noticia/este-e-o-apocalipse-dos-sem-direito-a-casa-1754071 e www.publico.pt/2016/12/13/sociedade/noticia/nao-se-pode-demolir-uma-casa-sabendo-que-a-pessoa-vai-ficar-semabrigo-1754581. Consultados a 26.06.2017.

[2] Ver www.dn.pt/lusa/interior/ps-da-luz-verde-a-deputada-independente-helena-roseta-para-criar-lei-de-bases-da-habitacao-6241978.html. Consultado a 26.06.2017.

[3] Uma expressão que me foi sugerida em conversas com o Luís Mendes, a quem agradeço.

[4] Ver o trabalho da Habita, Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade (www.habita.info/).

Especial de Realojamento lançado em 1993 para "acabar com as barracas";[5] a financeirização facilitada pela transição da política da habitação para o suporte à propriedade individual a partir do fim dos anos 80;[6] e, de uma perspetiva mais geral, a neoliberalização das políticas urbanas e de regeneração.[7]

O livro de David Madden e Peter Marcuse proporciona pistas úteis para a compreensão da conexão entre crises locais, como a que experimenta Lisboa, e a escala global da habitação e sua financeirização; e entre a dimensão conjuntural e o longo termo da mercantilização da habitação. *In Defense of Housing* é um ensaio político, fundamentado na extensa experiência de investigação e ativismo de Peter Marcuse nas áreas da crítica do planeamento urbano, da gentrificação e da habitação, com uma robusta estrutura teórica assente no Marxismo clássico, bem como em autores como Henri Lefebvre ou Iris Marion Young.[8]

Logo na introdução os autores clarificam a sua conceção do "problema" e o contributo esperado: "Entendemos a habitação de uma perspetiva mais abrangente [para além da perspetiva tecnicista dominante]: como um problema de economia política. O habitacional é político – ou seja, a forma que um sistema habitacional assume é sempre o resultado de lutas entre diferentes grupos e classes. A habitação levanta inevitavelmente questões sobre a ação pública e o sistema económico em geral. Porém, o modo através do qual o antagonismo social influencia a habitação tem sido frequentemente ocultado. Este livro constitui uma tentativa de os trazer de volta à luz." (p. 4; tradução do autor).

O livro estrutura-se em torno de um conflito central entre as conceções alternativas, mas (inevitavelmente?) entrelaçadas, da habitação (*housing*) como casa (*home*) e (valor) imobiliário (*real estate*). Organiza-se em cinco capítulos, com uma progressão que nos leva da abordagem conceptual até ao papel dos movimentos sociais. O primeiro capítulo mostra como a "crise" atual resulta das trajetórias que levaram o paradigma do *real estate* a ganhar força sobre a *home*.[9] O segundo capítulo debate as implicações da mercantilização da habitação para alienação social e o acréscimo da desigualdade. O terceiro capítulo enfatiza a interseccionalidade entre a habitação e as questões de (opressão de) classe, género e "raça".[10] O quarto capítulo expõe os "mitos" da política de habitação

[5] A história do PER e, especialmente, o papel dos peritos na sua ideação e implementação são os temas fulcrais do projeto "exPERts. Making sense of planning expertise: Housing policy and the role of experts in the PER" (https://expertsproject.org/; financiamento FCT: PTDC/ATP-EUR/4309/2014).

[6] Ver: Santos, Ana Cordeiro; Teles, Nuno; Serra, Nuno (2014), "Finança e habitação em Portugal", *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas*, 2.

[7] Ver: Mendes, Luís (2014), "Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese *rent gap* de Neil Smith", *Cadernos Metrópole*, 16(32), 487-511; Tulumello, Simone (2016), "Reconsidering Neoliberal Urban Planning in Times of Crisis: Urban Regeneration Policy in a 'Dense' Space in Lisbon", *Urban Geography*, 37(1), 117-140.

[8] Para exemplos de trabalhos teóricos, ver: Madden, David (2012), "City Becoming World: Nancy, Lefebvre, and the Global-urban Imagination", *Environment and Planning D*, 30(5), 772-787; Marcuse, Peter (2014), "Reading the Right to the City", *City*, 18(1), 4-9.

[9] Deve dizer-se que é bastante surpreendente a ausência de Gramsci entre as referências teóricas utilizadas, pois o conceito de hegemonia podia proporcionar importantes pistas para uma melhor compreensão da própria aceitação geral da dominação do paradigma de *real estate* entre as classes e os grupos que mais são afetados pela crise da habitação.

no contexto das democracias liberais ocidentais (sobretudo nos EUA), sugerindo que as políticas têm reproduzido, mais do que resolvido, o problema da habitação. Finalmente o quinto capítulo faz uma reflexão sobre o papel dos movimentos sociais em Nova Iorque, as suas vitórias e os seus retrocessos. Na conclusão os autores apresentam uma série de propostas para reformas "transformativas", nem utópicas, nem "liberais" (no seio do paradigma dominante): demandas atuáveis e, ao mesmo tempo, capazes de proporcionar a progressiva viragem de paradigma (do predomínio do *real estate* para a *home*).

In Defense of Housing é um importante contributo teórico – organizando de forma coerente muitas perspetivas críticas sobre habitação e suas políticas – e político – proporcionando úteis instrumentos conceptuais e práticos ao ativismo e à reforma política. Seria de esperar, no quadro da nova atenção ao tema que sublinhei inicialmente, uma rápida tradução para português, que pudesse levar o livro além do mundo académico.

Deve no entanto sublinhar-se a sua principal limitação, aliás reconhecida pelos seus autores em algumas passagens. Embora "global" no seu objetivo teórico, *In Defense of Housing* é claramente influenciado pelo contexto norte-americano, sobre o qual se debruçou grande parte da atividade dos autores. Um bom exemplo pode ser encontrado na sétima proposta de reforma (*democratize public housing*) que, basicamente, se reduz à retirada de poder de "peritos e burocratas" (pp. 213-216). Algo que é muito compreensível no contexto dos EUA onde o ceticismo face aos "peritos" está relacionado com o enorme poder que tiveram personagens como Robert Moses (talvez o padre do modernismo urbanista norte-americano) e o papel do zonamento na (re)produção de padrões de segregação e exclusão – fenómenos que nos contextos europeus tiveram padrões bastante diferentes, incluindo na habitação onde muitas vezes os "peritos" deram voz a instâncias alternativas às dominantes.[11]

De um modo geral, a crítica de Madden e Marcuse é "global" numa escala que, porém, corresponde ao mundo (pós-)industrializado (e mais urbanizado), ou seja principalmente ao contexto dito "ocidental", com as suas dinâmicas próprias e os seus ciclos de provisão de *welfare* – onde encontramos padrões de urbanização concentrada e um papel central do Estado através das "políticas da habitação". Assim, uma pista para futura investigação e reflexão teórica será uma expansão do foco da análise para as dinâmicas de urbanização global, ou melhor, planetária,[12] e as dimensões de habitação (e suas políticas) nessa escala – focando nas (des) conexões entre centros e "periferias" do sistema capitalista, contextos pós- e "proto-industriais", contextos onde a "crise" assume um cariz mais conjuntural ou mais estrutural. Numa época em que a gentrificação parece tornar-se

[10] No mundo anglófono, o tema da "raça" é relativamente pouco conflitual, no sentido em que até nos círculos científicos preocupados com o "racismo" (como no caso deste livro) se aceita a utilidade do conceito de "raça" para definir diferenças que, na Europa, são mais frequentemente consideradas étnicas. Eis a utilização das aspas.

[11] Utilizando o exemplo do PER e as primeiras evidências do projeto exPERts já mencionados, veja-se o trabalho do grupo de Ecologia Social do LNEC nos anos 90, ou de "peritos" como Isabel Guerra ou Helena Roseta.

[12] Veja-se o trabalho de Neil Brenner e colegas no Urban Theory Lab da Harvard Graduate School of Design.

verdadeiramente global, e a habitação um dos motores centrais das dinâmicas de opressão e resistência, o livro de Madden e Marcuse constitui um importante avanço, embora parcial, para uma compreensão da "crise planetária da habitação".

Simone Tulumello

Gingras, Yves (2014), *Les dérives de l'évaluation de la recherche. Du bon usage de la bibliométrie*. Paris: Editions Raisons d'Agir, 122 pp.

As tecnologias que mais se desenvolvem hoje são as da gestão, da coleta, da análise e transmissão das informações. Nesse sentido, são elaborados diversos indicadores de excelência e de qualidade que se multiplicam, ao mesmo tempo que se camuflam as bases de construção desses indicadores estatísticos. É no contexto de reforma das universidades, particularmente na Europa, desde o início do ano 2000, que o conceito central passou a ser a avaliação. Tudo deve ser avaliado no ensino superior: os professores, os pesquisadores, os alunos, os programas de formação e as universidades. O método empregado consiste em utilizar as publicações e citações como indicadores de produção científica. Estes são utilizados como medidas objetivas do valor dos resultados das pesquisas. Mediante o avanço dos modos de avaliação, muitos são os pesquisadores que criticam a bibliometria e seus efeitos perversos. A bibliometria tornou-se sinônimo de avaliação, como se o único objetivo do trabalho acadêmico fosse a avaliação da pesquisa.

O objetivo do livro de Yves Gingras não é apenas apresentar, de modo sistemático, os métodos bibliométricos de pesquisa e seus diferentes usos, mas também demonstrar que a bibliometria é um campo cujos modos de aplicação são mais abrangentes. O livro contém quatro capítulos.

No primeiro, o autor faz uma descrição das origens e dos modos de utilização da bibliometria, uma subárea da cientometria. Aquela se limita à análise das publicações e seus proprietários, enquanto a tarefa da cientometria é medir o conjunto das atividades científicas. Antes da existência dos computadores, as análises eram feitas manualmente. Para o autor, é a publicação do estudo do estatístico Alfred Lotka sobre a distribuição da produtividade científica dos pesquisadores que define o início da bibliometria, nos anos 1920.

Segundo Benoît Godin, os psicólogos fizeram o primeiro estudo, no início do século XX, analisando a evolução das publicações da área da psicologia. No entanto, o seu objetivo não era criar uma lei geral como fez Lotka (Gingras, 2014: 16). A quantidade de revistas está em constante crescimento e as pesquisas dos bibliotecários se interessaram por métodos objetivos que permitam selecionar as mais úteis para os pesquisadores. É nesse contexto de gestão das revistas, com a análise sistemática das referências (citações) contidas nesses periódicos, que a bibliometria emerge.

A análise descritiva foi aplicada primeiramente às ciências da natureza e, posteriormente, às ciências humanas e sociais. O autor constatou que, depois da Segunda Guerra Mundial,

com o aumento da quantidade de artigos publicados, tornou-se impossível para um pesquisador acompanhar as publicações de sua própria área. A concepção que surge é a de um sistema de indexação de todos os artigos citados. O objetivo é facilitar a pesquisa bibliográfica utilizada nos artigos citados, para encontrar outros que estudam o mesmo objeto. Isso permite construir rapidamente uma bibliografia pertinente.

Para Yves Gingras, o contexto de emergência da bibliometria sugere que o objetivo é a gestão da literatura científica, não tendo nenhuma relação direta com a avaliação da pesquisa ou do pesquisador, temática que não aparece no período. É no início de 1980 que a bibliometria começa a ser utilizada para avaliação dos grupos de pesquisa e se torna um instrumento de gestão da carreira universitária. Durante os anos 1990, torna-se um instrumento de avaliação dos pesquisadores.

No segundo capítulo, o autor demonstra como a bibliometria pode se tornar um instrumento indispensável para a pesquisa. Os formatos de papel do índex não permitiam uma análise global, o que é possível hoje com a Internet. As tecnologias da informação e comunicação transformaram o índex em uma verdadeira base de dados. Com esse avanço, a partir das bases de dados bibliométricos, é possível encontrar as citações dos autores de um artigo. Isso possibilita estabelecer relações entre a pesquisa científica e a inovação tecnológica. A bibliometria consistia apenas em contar os documentos, o que permitia ter uma visão do desenvolvimento e da estrutura da ciência em diferentes países.

Convém ressaltar que não se pode ter uma visão global da ciência, sem a bibliometria que fornece os principais indicadores do avanço da ciência desde 1970. Assim, a maioria dos artigos das ciências humanas faz referências a livros e não a artigos; nas áreas da física e da química, 80% dos artigos se referem a outros artigos. Daí a diferença entre as práticas de pesquisa das diferentes disciplinas. O autor alerta para o perigo da imposição de um modelo único de elaboração de divulgação dos resultados da pesquisa (p. 38).

A análise das citações permite compreender o modo de recepção de uma teoria. O autor demonstra que o Science Citation Index (SCI) era primeiramente um instrumento de pesquisa bibliográfica e não um instrumento para medir a *performance* dos pesquisadores. A difusão da SCI modifica as práticas científicas que serão vigiadas por avaliadores, sobretudo desde 1970, momento em que as citações passam a ser consideradas como instrumentos de medida da qualidade da pesquisa. Para Gingras, um dos efeitos perversos desse modelo é a autocitação (p. 52).

No terceiro capítulo, Gingras analisa a lógica da multiplicação de avaliações, as quais são submetidas ao universo do ensino superior e da pesquisa e à maneira de impor progressivamente os métodos bibliométricos, desde 1970. O autor rejeita de imediato a ideia neoliberal de que a pesquisa ficou muito tempo sem ser avaliada. Ora, desde o século XVII, a avaliação da pesquisa está presente no processo da institucionalização da pesquisa científica e o problema hoje é a natureza da sua proliferação e não a avaliação em si mesma. É preciso dizer que a avaliação era entendida como um instrumento interno que faz avançar o debate e as inovações científicas.

Durante muito tempo, a avaliação era feita pelos pares, como Isaac Newton foi avaliado, ao submeter um artigo em 1672. Da mesma forma, Max Planck preferia solicitar alterações, a recusar

o artigo de um colega. Albert Einstein, cujos artigos eram sempre aceitos, ficou surpreso, ao ser informado que seu artigo havia sido recusado pela *Physical Review*. Ele considerou as observações e publicou em outra revista (pp. 56-57). O mesmo processo de avaliação de artigos se aplica a projetos de pesquisa, cuja finalidade é a alocação dos recursos financeiros. A objetividade dos números esconde o consenso entre os membros da comissão avaliadora dos projetos. A avaliação analisada dos pesquisadores é um tipo de procedimento administrativo que, usando os dados da bibliometria, suscitou inquietação desde o nascimento deste método.

Para Eugene Garfield, as citações permitem o acesso aos artigos e aos que citam, o que ajuda a emitir um julgamento. A quantidade de citações não pode substituir tal julgamento (p. 60). Todo instrumento pode se distanciar dos usos legítimos e, no caso analisado, cabe ao campo acadêmico reflexão crítica sobre a avaliação, para impedir os efeitos dos indicadores como definidor da *performance* do pesquisador.

No último capítulo, Gingras analisa os indicadores mais utilizados para avaliar os pesquisadores e, ao mesmo tempo, critica os modos de aplicação. Ele entende por indicador uma variável que pode ser medida e que visa representar fielmente a relação entre um conceito dado e a propriedade do objeto a ser medido. Como exemplo, ele cita a inflação (p. 92). O que surpreende mais o autor é o fato de que a multiplicação de indicadores não é acompanhada por critérios bem definidos, para controlar a validade desses indicadores. O autor analisa as várias fontes de dados como a Web of Science, a Scopus e o Google Scholar e consta que a tendência nos debates sobre a avaliação é reduzir tudo ao mesmo indicador. Como no caso da economia em que o crescimento é medido a partir de um indicador principal o PIB. A questão central diz respeito à classificação que serve o *marketing* das universidades e, portanto, à competição entre as universidades e os pesquisadores.

Desde os anos 1990, promove-se o mercado mundial da educação superior e tudo se inscreve na corrente do neoliberalismo que transforma as universidades em um mercado como os outros. Alguns especialistas da avaliação atestam que as avaliações praticadas não têm nenhum valor científico, sendo que muitas universidades a utilizam para vender sua qualidade. O autor fundamenta-se em dados empíricos (pp. 98-99) e conclui afirmando que a bibliometria é essencial para fazer a cartografia global do estado da pesquisa, identificar as diversas tendências da pesquisa e das práticas de publicação nas diversas disciplinas. No entanto, o seu modo de aplicação para avaliar a produtividade é um desvio de finalidade que pode ser perverso.

Gingras analisa os modos de emergência da avaliação e seus efeitos, mas na conclusão não faz uma crítica à situação atual da avaliação dos pesquisadores, nem aponta alternativas de ação para combater os efeitos do produtivismo na vida cotidiana dos pesquisadores. O autor faz referência, mas não aprofunda a ideia de que a avaliação é um mecanismo moderno de controle e instrumento de gestão que emerge com a estatística e o mercado do conhecimento. Desse modo, a estatística tem uma legitimidade científica como instrumento de prova, mas isso não é suficiente, pois ela tem igualmente uma legitimidade social para poder exercer um papel de coordenação, ou seja, de linguagem comum entre os atores sociais. Os usos sociais dos instrumentos estatísticos e

da avaliação se constituem como novos modos de dominação, de gestão e de governança. Assim, a política dos indicadores estatísticos domina a sociedade ao retroagir sobre os comportamentos dos atores sociais, mas isso é mais perceptível do ponto de vista de uma sociologia da quantificação.

Antonio Paulino de Sousa

Klein, Naomi (2016), *Tudo pode mudar. Capitalismo vs. clima.* Tradução de Ana Cristina Pais. Lisboa: Editorial Presença, 653 pp.

Vivemos em tempo de crise. As escolhas que fizermos serão decisivas. Ou mudamos radicalmente o nosso sistema económico, ou ele muda radicalmente o nosso mundo. O capitalismo e o clima estão em colisão. As alterações climáticas são uma batalha entre o capitalismo e o planeta. É esta a tese da jornalista e ativista canadiana Naomi Klein. Publicado em 2014,[1] *Tudo pode mudar* pode ser considerado uma sequela de um livro anterior que a autora intitulou *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*.[2] Em 2008, Naomi Klein argumentou que o mercado desregulado e global não triunfou democraticamente. Pelo contrário, o capitalismo usa constantemente a violência contra o indivíduo e a sociedade, aproveitando-se das crises (guerra, desastres ou insegurança) para introduzir medidas impopulares de choque económico. Também podemos considerar *Tudo pode mudar*[3] como mais um volume da sua crítica ao capitalismo. Vale a pena recordar outro livro da autora publicado em 2000, com o título *No Logo*,[4] onde aborda as más práticas das grandes marcas, desde o dinheiro que gastam em publicidade e seus efeitos negativos, à exploração dos seus trabalhadores.

Em *Tudo pode mudar* a autora sustenta que a problemática das alterações climáticas traz consigo um "poder revolucionário" (Capítulo 1). Para evitar um "futuro sombrio" é necessário mudar o modo como vivemos e "como as nossas economias funcionam", mudar as "histórias que contamos sobre o nosso lugar na Terra" (p. 15). A crise climática pode, por isso, "constituir a base de um poderoso movimento de massas" (p. 19).

Num regresso à sua crítica do "fundamentalismo do mercado livre" (Capítulo 2), Klein denuncia a imposição de um quadro político global com máximas liberdades para as empresas multinacionais, que detêm demasiado poder político. Denuncia os mecanismos que lhes dão esse poder. Salienta a existência de lóbis ideológicos e económicos poderosos por detrás do negacionismo em matéria climática. Segundo ela, podemos encontrar nas negociações internacionais das últimas décadas dois processos paralelos:

[1] Naomi Klein (2014), *This Changes Everything: Capitalism vs. The Climate*. New York: Simon & Schuster, Inc.

[2] Naomi Klein (2008), *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. New York: Henry Holt and Company, Inc.

[3] Venceu o prémio Hilary Weston Writers' Trust Prize for Nonfiction.

[4] Naomi Klein (2000), *No Logo: Taking Aim at the Brand Bullies*. Toronto: Vintage Canada Edition, Random House of Canada Limited.

o falhanço do processo climático e o vitorioso processo de globalização empresarial. É o fundamentalismo de mercado que tem sabotado a resposta coletiva às alterações climáticas. Neste sentido, afirma que grande parte do movimento pelo clima desperdiçou décadas procurando soluções de mercado para o problema. As alterações climáticas constituem um desafio profundo ao "centrismo cauteloso" e ao "fetiche do centrismo" (p. 37).

Para superarmos a crise climática necessitamos de ação coletiva numa escala sem precedentes. A difamação da ação coletiva e a veneração da busca do lucro infiltraram-se nas nossas sociedades e nas nossas almas. Por isso é necessário "ultrapassar os bloqueios ideológicos" (Capítulo 3). Para evitarmos o pior, as soluções modestas não bastam. Os defensores do capitalismo verde não são realistas quando apregoam as maravilhas da tecnologia verde ou a dissociação dos impactos ambientais da atividade económica. A economia não pode continuar a funcionar da mesma maneira. A autora acredita que há uma relação clara entre a propriedade pública e a capacidade das comunidades abandonarem os combustíveis fósseis. É necessário derrubar um dos mitos ideológicos da era do mercado livre: que os serviços geridos pelo setor privado são superiores aos do setor público. O "planeamento e a proibição" (Capítulo 4) têm também um papel a desempenhar. Mas um planeamento que difere das versões mais centralizadas do passado. As comunidades deveriam receber poderes para definir os métodos que melhor funcionam para elas. A descentralização do poder e a ação climática bem-sucedida andam de mãos dadas.

É também fundamental "ir além" do modelo económico extrativista (Capítulo 5). O extrativismo é uma relação não recíproca com a Terra, baseada no domínio e na violência, uma relação que tira sem cuidar. O extrativismo também está ligado à ideia de "zonas de sacrifício", lugares que não contam, que podem ser envenenados e destruídos. Esta "ideia tóxica sempre esteve ligada ao imperialismo", com povos e culturas sacrificáveis e noções de superioridade racial (p. 211).

Neste livro, Naomi Klein também aborda as "ligações entre grandes empresas e grandes grupos verdes" (Capítulo 6) e a ideia de que são "os multimilionários verdes" que "nos vão salvar" (Capítulo 7). Refere-se às boas intenções de alguns, apresentando factos de como as exigências de construir um império de sucesso superaram o imperativo climático.

Sobre as soluções tecnológicas para os problemas, a autora é clara e mesmo demolidora, afirmando que a geoengenharia pode ser "o último ato trágico nesta história fantasista de controlo" (p. 326). Pergunta "a solução para a poluição é mais poluição?" (Capítulo 8). A geoengenharia é de alto risco e com grande probabilidade de criar ainda mais problemas. A solução não é consertar o nosso mundo, mas sim consertarmo-nos a nós próprios. É necessário regressar à precaução. Por exemplo, cabe à indústria provar que os seus métodos são seguros. Quando a saúde humana e o ambiente estão substancialmente em risco, não é necessária certeza científica absoluta antes de passar à ação.

As tentativas "de enfrentar as alterações climáticas" serão infrutíferas, a não ser que sejam encaradas "como parte de uma batalha muito mais alargada de cosmovisões, um processo de reconstrução e reinvenção da ideia do que é coletivo, do que é comunitário, do que são recursos comuns, do que é civilizado e do que é cívico" (p. 552). As soluções para a crise climática "são também a melhor esperança de construir um sistema económico muito mais estável e equitativo, que fortaleça e transforme a esfera pública, promova o

trabalho em abundância e digno e controle radicalmente a ganância empresarial" (p. 159). Uma resposta robusta às reduções de emissões pode constituir a base de um projeto económico transformador. Daí a pertinência do *slogan* "Alteração do sistema, não alterações climáticas" (p. 195). Naomi Klein neste livro faz um intenso apelo à mobilização e à ação. Apresenta exemplos da crescente resistência dos cidadãos aos planos da indústria extrativa de combustíveis fósseis (Capítulo 9) e acredita no potencial destes movimentos para revitalizar a democracia (Capítulo 10). Defende os direitos dos indígenas (Capítulo 11) como direitos de todos e o pagamento da dívida histórica dos países mais ricos (Capítulo 12). Podemos no entanto levantar algumas questões: Como fazer face aos poderosos interesses instalados e mobilizar um conjunto de pessoas e países que não se sentem seriamente ameaçados pelas alterações climáticas no imediato? Saberão as sociedades superar as tensões resultantes das crescentes migrações ambientais e resistir à tentação da guerra? Poderão as alterações climáticas contribuir para mudar o sistema político e económico, mas para pior? Como terá dito Walter Benjamin "cada ressurgimento do fascismo dá testemunho de uma revolução fracassada".[5] É uma responsabilidade histórica. Cabe-nos dar a resposta nas próximas décadas.

Este livro, que como o anterior já deu origem a um documentário cinematográfico (realizado por Avi Lewis), é também uma tomada de posição num crescente debate que se tem desenrolado sobre a possibilidade de se superar a crise climática (e ecológica) no quadro do funcionamento do sistema capitalista, nomeadamente na sua versão neoliberal. A célebre expressão "É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo" está a perder validade. Entre aqueles que acreditam que podemos superar a crise climática no quadro do capitalismo e aqueles que defendem que só no quadro de um sistema substancialmente diferente se pode garantir a sustentabilidade ecológica e o bem-estar da humanidade, Naomi Klein toma posição.

Pedro Miguel Cardoso

Pereira, Ricardo Araújo (2016), *A Doença, o Sofrimento e a Morte entram num Bar: uma espécie de manual de escrita humorística*. Lisboa: Tinta-da-China, 112 pp.

No seu novo livro, Ricardo Araújo Pereira (RAP) propõe-se pensar a natureza do humor. O título da obra, que convoca a "morte" para o início de uma anedota, é revelador da forma como o autor o irá fazer: explorando a ligação inextricável do humor com a dor e o sofrimento. RAP encontra no sentido de humor um mecanismo destinado a manipular e a iludir o medo que temos da "doença", do "sofrimento" e da "morte". Um atributo funcional – algo parecido com um instinto de sobrevivência – que desenvolvemos de forma a conseguir fazer face a

[5] Walter Benjamin citado por Slavoj Žižek (2013), *Demanding the Impossible.* Organização de Yong-june Park. Cambridge: Polity Press.

uma sempre latente angústia existencial. De facto, já nas suas conclusões, RAP chega a defender que é a consciência da nossa própria finitude que nos torna capazes de rir; e o medo da morte que nos motiva a fazê-lo.

Dito isto, não deixa de ser curiosa a forma como este título acaba por esconder do leitor uma parte importante do argumento: a ideia de que o humor é uma ferramenta epistemológica. Ou seja, o humor e comédia constituem, na verdade, uma forma específica de pensar e revelar a realidade. RAP (p. 39) afirma: "Esta é a minha hipótese: [o] sentido de humor, é […] um modo especial de olhar para as coisas e de pensar sobre elas". Para o autor, este "modo de olhar" é posto em prática em dois momentos diferentes: primeiro, com a adoção de um "ponto de vista experimental" e, depois, com a consequente revelação de aspetos ocultados pelas formas viciadas de olhar o real. Rimo-nos, portanto, quando são reveladas as fraquezas e insuficiências das lógicas de que habitualmente dependemos para processar a experiência.

A obra começa com um "Preâmbulo relativamente inútil", em que são sucintamente explicadas as principais teorias formuladas para compreender o humor, e prossegue com "Algumas considerações um pouco mais proveitosas", onde são apresentados os principais argumentos do autor sobre o assunto. Os restantes capítulos do livro, sempre curtos e ricos em exemplos concretos, leem-se como um manual de utilização do humor enquanto ferramenta epistemológica. Ou seja, tal como indica o subtítulo da obra, cada capítulo corresponde à descrição de um procedimento que permite pôr em prática uma perspetiva humorística.

No capítulo "Opor uma coisa a outra", é explorado o exercício da contradição. É cómico, por exemplo, quando um tema notoriamente pouco importante recebe um grau de atenção desproporcional; quando são opostas duas figuras de personalidade contrastantes; ou, ainda, quando existe uma diferença clara e percetível entre o que um sujeito diz e faz.

De seguida, o autor explica como "Imitar uma coisa" pode ser proveitoso do ponto de vista humorístico. O processo é simples, mas "perverso", avisa RAP: consiste em escolher algum aspeto de uma pessoa, objeto, discurso, etc. para cuidadosamente imitar e, assim, realçar e ridicularizar. O autor sublinha a crueldade deste método em que o imitado "não está a ser analisado de longe: está, para todos os efeitos, presente, e esvaziado de qualquer poder" (p. 54).

No quinto capítulo, é exposto o procedimento de "virar uma coisa de pernas para o ar". O autor explica que se trata de exercitar uma "simetria reflexiva" (p. 64), segundo a qual os termos originais de uma situação são cuidadosamente invertidos. É criada, portanto, uma nova situação apenas com recurso aos elementos de uma situação precedente. Trata-se, segundo o autor, de uma operação feita segundo parâmetros rigorosos que deve conseguir produzir uma representação dotada de coerência interna.

No capítulo seguinte, RAP refere como "aumentar uma coisa" também pode ter efeitos cómicos. Este processo corresponde, na verdade, a uma "ampliação", ou, por outras palavras, a um *zoom in*. O efeito é o de que, à medida que uma determinada coisa se torna mais percetível e nítida, também se torna excessiva, grotesca e ridícula. Seguidamente, o autor analisa os efeitos de "Mudar uma coisa para outro sítio". Este é um procedimento que consiste em tirar uma "peça" – *i.e.* uma personagem, um facto, um enredo ou um raciocínio – e alocá-lo noutra "engrenagem" – *i.e.* um contexto, uma narrativa ou uma lógica. Mais uma vez, trata-se de um procedimento que depende de uma operação

lógica cuidadosa. Ou seja, a troca deve fundar uma nova coerência a partir de um realinhamento improvável de elementos preexistentes. RAP (p. 85) dá o exemplo de Aristipo de Cirene que, quando foi acusado de não amar o filho que ele próprio gerou, "respondeu que também gerava expetoração e, sendo ela inútil, a repelia igualmente para o mais longe possível.".

Finalmente, a última operação descrita por RAP é a de "Repetir uma coisa". Segundo o autor, o efeito cómico da repetição reside, em primeiro lugar, na forma como ela consegue "transformar uma bagatela numa instituição". Ou seja, a forma como a discussão exaustiva de um tema – por muito insignificante que seja – lhe atribui uma importância excessiva e, portanto, cómica. Em segundo lugar, a forma como a repetição consegue acentuar ou revelar o "caráter monomaníaco de uma figura", produzindo, dessa forma, uma semelhante visão de desproporcionalidade e excesso.

Este livro reveste-se de uma importância simultaneamente política e científica. Em primeiro lugar, é publicado numa altura em que o humor assume particular relevância enquanto terreno de disputa política e ideológica. A candidatura e eleição de Donald Trump, cujos ecos também se fizeram sentir no debate público português, colocaram novos pontos de interrogação sobre o que é esperado e exigido dos comediantes. Será a sátira ainda uma ferramenta política útil em contextos de mediatização altamente direcionados? Ou – ecoando as recentes discussões em torno do politicamente correto – até que ponto deverão os humoristas ser avaliados pelas dimensões morais e políticas do seu trabalho, e não só pelo sucesso que têm, ou não, em induzir o riso? Este livro constitui um ponto de partida importante, e sério, para pensar qual a expectativa que queremos depositar sobre a comédia e a sátira.

Em segundo lugar, e apesar de o autor ser um comediante de profissão, eu diria que este livro constitui um contributo importante para as ciências sociais, e, em particular, para a antropologia. A verdade é que RAP inaugura uma linha de análise do fenómeno humorístico que pode revelar-se imensamente produtiva do ponto de vista antropológico. Quando Pina Cabral (2000)[1] se propôs a reequacionar a relação hierárquica que é geralmente estabelecida entre as noções de "margens" e "centro", argumentou que as interpretações legítimas da vida social se constroem em relação de contradição com as que permaneceram ilegítimas. Mais: se é verdade que a vida social tende a reger-se por um conjunto restrito de significados legítimos, os indivíduos não deixam de adivinhar o vocabulário mais abrangente que ficou arredado. Diz este autor: "A hegemonia é como o foco teatral que, banhando de luz intensa uma área específica do palco, transforma o resto numa relativa penumbra" (*ibidem*: 875). Nesse sentido, não é tanto o centro que dita as margens; mas sobre as margens que se constrói o centro. Ora, RAP encontra o humor justamente nos interstícios dos significados culturais legitimados e nos reducionismos inerentes às visões do mundo. Naquilo que é marginal relativamente ao entendimento "normal" das coisas. Nesse sentido, o que o autor acaba por propor é que pensemos o humor enquanto forma produtiva de que os indivíduos dispõem para explorar as contradições inerentes à estruturação dos significados sociais.

Afonso Bento

[1] Pina Cabral, João (2000), "A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições", *Análise Social*, XXXIV, 865-892.

Simone Tulumello
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Av. Prof. A. De Bettencourt, 9, 1600-189, Lisboa, Portugal
Contacto: simone.tulumello@ics.ulisboa.pt

Antonio Paulino de Sousa
Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Av. dos Portugueses, 1966, Vila Bacanga São Luis-Maranhão, 65085-580, Brasil
Contacto: antonio.paulino@terra.com.br

Pedro Miguel Cardoso
Doutorando na Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, 1649-004, Lisboa, Portugal
Contacto: cardoso.c.m.p@gmail.com

Afonso Bento
Doutorando em Antropologia no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA, polo ISCTE-IUL)
Av. Forças Armadas, Edifício ISCTE-IUL, sala 2W2, 1649-026, Lisboa
Contacto: afonso.de.castro.bento@gmail.com